



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Maurício Carvalho – União Brasil/RO

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-2034 (PL 2614/24)

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2614/2024

EMENDA ADITIVA Nº ____, DE 2025

Adiciona-se a Meta 17.g do Objetivo
17 do Substitutivo ao Projeto de Lei
nº 2.614, de 2024.

Art. 1º O Objetivo 17 do Anexo ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.614/2024
passa a vigorar com o acréscimo da meta 17.g:

"Meta 17.g. Implementar, até o final da vigência deste
PNE, nas redes de ensino de cada ente federativo,
políticas de valorização da atuação docente e gerencial e
do desempenho da unidade escolar, de forma a prover
bônus financeiro e funcional a professores e gestores
educacionais, condicionado à presença mínima de 95%
dos dias letivos por parte dos profissionais e ao
desempenho satisfatório dos estudantes sob seu cuidado
conforme regulamentação própria de cada sistema
municipal, estadual e distrital." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A valorização do magistério exige, além de formação adequada e
condições estruturais dignas, políticas de incentivo que reconheçam o esforço
e os resultados alcançados pelos profissionais da educação. A presente
emenda propõe a implementação de bônus financeiros e funcionais vinculados
ao desempenho das unidades escolares e à assiduidade dos docentes e
gestores, respeitando a regulamentação de cada sistema federado. Trata-se de
uma estratégia já adotada com êxito em diversos contextos estaduais e
internacionais, com impacto positivo sobre a motivação profissional, a cultura
de colaboração escolar e, sobretudo, os resultados de aprendizagem.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Maurício Carvalho – União Brasil/RO

A exigência de pelo menos 95% de presença nos dias letivos por parte dos profissionais assegura o vínculo entre o incentivo e o comprometimento efetivo com o cotidiano escolar. O condicionamento do bônus ao desempenho satisfatório dos estudantes reafirma a centralidade da aprendizagem no processo educativo, ao mesmo tempo em que preserva a autonomia dos sistemas de ensino para definir critérios e pesos específicos, conforme sua realidade. Com isso, a proposta concilia reconhecimento individual com responsabilidade institucional, promovendo justiça no mérito e eficácia no alcance das metas educacionais.

Sala da Comissão, em 27 de outubro de 2025

MAURÍCIO CARVALHO

Deputado Federal (UNIÃO – RO)

